

### Critérios de Pesquisa:

**Período:** 01/03/2021 a 31/03/2021

**Indexação:** "Reforma Tributária" or "PL 3887/2020" or "PEC 45/2019" or "PEC 110/2019"

Documento 1/23

---

9.2021.B	Sessão Outro Evento	03/03/2021-14:24
Publ.: DCD - 04/03/2021 - FÁBIO TRAD-PSD -MS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### **Sumário**

Realização da reforma tributária. Estudo sob o título Concentração de Riquezas no Brasil, elaborado pelo Vice-Presidente do Instituto Justiça Fiscal, Dão Real Pereira dos Santos.

---

**O SR. FÁBIO TRAD** (PSD - MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o meu pronunciamento tem a ver com a necessidade de se aprovar uma reforma tributária no País.

*Trago à colação um estudo muito bem elaborado pelo Vice-Presidente do Instituto Justiça Fiscal, o Sr. Dão Real Pereira dos Santos, que começa estudo destacando um ponto em relação ao qual nós precisamos assumir o desafio de enfrentar.*

*Mais de R\$ 650 bilhões é o valor que as classes mais ricas deixaram de pagar de imposto entre 2007 e 2018 por conta da regressividade das alíquotas sobre os ganhos para as altas rendas.*

*Nesse período, diz o estudioso Dão Real Pereira dos Santos, os contribuintes com rendas acima de 30 salários mínimos passaram a pagar cada vez menos. Os seus índices diminuíram ano a ano, ao contrário daqueles com rendas mais baixas, que pagaram mais imposto a cada ano.*

O estudo intitulado *Concentração de Riquezas no Brasil*, publicado em fevereiro, conclui que esta acumulação de riquezas se dá, em parte, por uma ineficiência da tributação sobre a renda em capturar uma parcela dos altos rendimentos e, também, por uma baixa tributação sobre as grandes heranças e doações.

Diz o autor do estudo:

*O super-rico praticamente não paga imposto de renda como pessoa física, pois o Brasil isenta a maior parte da renda do capital. Junta-se a isso a baixa tributação das heranças e temos os herdeiros super-ricos que gostam de falar de meritocracia, mas que o único 'mérito' é descenderem de milionários, registra aqui o Diretor Técnico do IJF, Marcelo Lettieri.*

Assim, Sr. Presidente, depois de elaborar argumentos sofisticados e muito persuasivos que nos convencem de que precisamos enfrentar o desafio da tributação dos mais ricos, conclui o autor do estudo:

*Somente o Estado pode estabelecer regras para controlar o aumento contínuo e acelerado da concentração de renda e riquezas.*

*Para isso é preciso cobrar tributos de forma progressiva, garantindo direitos sociais universais e vida digna à população, especialmente aos mais necessitados, (...)*

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que meu pronunciado seja reverberado no programa *A Voz do Brasil*. E trago aos Anais da Casa o estudo publicado pelo estudioso Dão Real Pereira dos Santos, Vice-Presidente do Instituto Justiça Fiscal.

Muito obrigado, Presidente Eduardo Bismarck.

---

Documento 2/23

---

12.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/03/2021- CD	15:56
Publ.: DCD - 04/03/2021 - 65	DARCI DE MATOS-PSD -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19, em especial aos do Estado de Santa Catarina. Colapso do sistema de saúde catarinense, sobretudo no Município de Joinville, provocado pela epidemia de coronavírus. Suspensão do pagamento de dívidas e repasse, pelo Governo Jair Bolsoanaro, de recursos aos Estados e Municípios para enfrentamento da doença. Criação pelo Governo Federal, com o apoio da Câmara dos Deputados, do auxílio emergencial de 600 reais para trabalhadores e famílias carentes. Liberação de recursos federais aos hospitais filantrópicos e às pequenas e microempresas, para enfrentamento da crise gerada pela Covid-19. Alinhamento da gestão da nova Mesa Diretora da Casa com o processo de privatização de estatais, e com a realização de reformas constitucionais necessárias para o desenvolvimento do País, especialmente das reformas tributária e administrativa. Acerto da concessão de

autonomia ao Banco Central do Brasil. Anúncio, pelo Presidente Arthur Lira, de disponibilização de 140 milhões de doses de vacinas. Apoio à criação do auxílio emergencial no valor 250 reais, com pagamento em quatro parcelas. Aprovação e disponibilização ao Governo Jair Bolsonaro, pelo Congresso Nacional, de vultosos recursos para combate ao coronavírus. Autorização, aos Estados, Municípios e à iniciativa, da aquisição de vacina contra a Covid-19. Repúdio ao discurso da Esquerda, especialmente do PT e do PSOL, favorável à queda do Presidente Jair Bolsonaro.

---

**O SR. DARCI DE MATOS** (PSD - SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, todos que nos acompanham pela *TV Câmara*, eu desejo, no espaço do meu partido, me solidarizar com as famílias que perderam seus entes queridos no Brasil, sobretudo em Santa Catarina.

No meu Estado, na minha cidade, Joinville, na minha terra, Sr. Presidente, a exemplo do que passou o Estado de V.Exa., o Amazonas, estamos vivendo um momento difícil. O Governo já mandou pacientes para o Espírito Santo. Há pessoas morrendo por falta de UTI. Estamos vivenciando um verdadeiro caos em Santa Catarina e, lamentavelmente, em outros Estados.

Sr. Presidente, o Governo Federal, de Bolsonaro, com o apoio da Câmara dos Deputados, diferentemente do que pensa a Oposição radical, tem feito, neste período da pandemia, um esforço hercúleo para ajudar os Estados e Municípios, sobretudo para salvar vidas e para retomar o crescimento econômico do País. Mandamos recursos para os Estados. Em uma postagem do nosso Presidente, muitos Governadores reclamaram, mas essa é a verdade.

O meu Estado recebeu, oriundo do Plano Mansueto, que aprovamos nesta Casa, 1,7 bilhão de reais. Muitos Governadores, como os senhores e as senhoras sabem, utilizaram mal o dinheiro, desviaram os recursos, por isso muitos deles estão sendo investigados e, com seus assessores, com certeza, receberão penas severas, vão parar na cadeia. E não poderia ser diferente.

Sr. Presidente, além desses recursos, na ordem de 60 bilhões de reais, que foram repassados para os Estados, o Governo Federal, com o nosso apoio, suspendeu o pagamento das dívidas, o que significa mais 60 bilhões de reais.

Quero também dizer, Sr. Presidente, que nós do Governo, com o apoio da Câmara, socorremos a população brasileira com o auxílio emergencial de 600 reais, com os 2 bilhões que foram repassados para os hospitais filantrópicos, com recursos, através do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte -

PRONAMPE, para financiamento subsidiado para as micros e pequenas empresas do Brasil, que seguram a nossa economia, com linhas de financiamento. Enfim, foi feito aquilo que deveria ser feito pelo Governo, com apoio da Câmara dos Deputados, mas estamos vivenciando uma pandemia sem precedentes, uma pandemia que assusta todos nós, que assusta o mundo inteiro; uma pandemia que abalou a economia do Brasil e de todos os países, inclusive dos desenvolvidos.

Sr. Presidente, com a eleição do nosso Presidente Lira, com a nossa chapa, com o Vice-Presidente Marcelo, com os demais Deputados e Deputadas, nós estamos tendo uma gestão independente, mas uma gestão alinhada com os avanços do País, uma gestão comprometida com as grandes reformas que vamos fazer. Numa semana, aprovamos a autonomia do Banco Central, que estava engavetada há 30 anos, Deputado Marcelo. Vamos fazer a reforma tributária, para desengessar o Brasil. Vamos tocar a reforma administrativa, para enxugar o poder público, que é muito oneroso, que é muito lento, que não tem dado respostas para a população e que tem consumido grande parte dos nossos recursos. Vamos tocar o processo de privatização, que é necessário.

Portanto, eu sou otimista com relação ao Brasil. Com esse alinhamento da Câmara dos Deputados com a agenda econômica do Governo Federal, nós vamos avançar, sim.

E o Presidente Lira, anunciou, nesta semana, em uma postagem, que, até o mês de junho, nós teremos 140 milhões de vacinas disponíveis no Brasil. Aliado a isso, nós vamos aprovar, na semana que vem - está sendo aprovado, hoje, no Senado - o auxílio emergencial. Serão quatro parcelas de 250 reais. Nós gostaríamos que fossem de mil ou 1.500 reais, mas não há recursos. Temos que ser realistas. Nós temos que conceder o benefício conforme as nossas economias, a nossa realidade.

O dia de ontem foi importante, porque nós aprovamos e disponibilizamos para o Governo Federal, para o combate à pandemia, mais 2,5 bilhões de reais. Nós autorizamos a iniciativa privada e, principalmente, os Estados e Municípios a adquirir a vacina, o que vai ser fundamental para enfrentarmos esta guerra. Com muita união, com muita força, com muita sinergia entre os Poderes e com fé em Deus, nós vamos vencer esta pandemia.

Sr. Presidente, eu quero encerrar as minhas palavras - não poderia ser diferente - fazendo referência ao discurso da Esquerda, principalmente do PT, do PSOL, discurso radical que é favorável ao *impeachment*, discurso que propõe a destruição, que propõe a queda do Governo. Neste momento difícil que o Brasil atravessa, nós não precisamos de

uma postura dessa natureza. Nós precisamos de união, de força, de sinergia, de propostas, de ideias e de sugestões que nos apontem caminhos para que possamos vencer a pandemia, salvar vidas e, principalmente, estabelecer a retomada do crescimento econômico do País.

Agradeço este espaço, Sr. Presidente, e finalizo com otimismo este pronunciamento. O Brasil é continental! O Brasil está dando certo! O Brasil tem que dar certo! O Brasil vai dar certo!

Obrigado.

---

Documento 3/23

---

12.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/03/2021- CD	19:56
Publ.: DCD - 04/03/2021 - 143	JOSÉ NELTO-PODE -GO	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Colapso do sistema de saúde no País, provocado pela epidemia de coronavírus. União entre os Poderes da República, os Governadores Estaduais e o empresariado brasileiro, em prol da vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Necessidade de cumprimento, pela população brasileira, dos protocolos preventivos da doença recomendados pela Organização Mundial da Saúde - OMS. Importância de realização das reformas tributária e administrativa para a retomada do crescimento econômico do País.

---

**O SR. JOSÉ NELTO** (Bloco/PODE - GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Deputado Marcelo Ramos, muito obrigado por V.Exa. me conceder a palavra para que eu possa falar em nome do meu partido, o Podemos.

Sr. Presidente, a Nação está doente, o planeta está doente. E nós temos que recuperar o nosso País, recuperar e salvar vidas.

O sistema de saúde está colapsando. Esse colapso só era observado no Estado do Amazonas, em Manaus, mas agora está chegando a todos os Estados da Federação. E há uma guerra política envolvendo o Presidente da República e os Governadores.

Entendo que esta Casa deve ter prudência. A sociedade cobra resultados do Parlamento brasileiro. A sociedade quer vacina.



O Deputado que usou a tribuna outrora apresentou seu "kit COVID". Nada contra o Deputado ou contra suas palavras. Qualquer medicamento que seja eficaz, nós o queremos. No entanto, temos que respeitar a ciência, respeitar os médicos. O que quer qualquer Parlamentar é uma saída, é um medicamento para salvar vidas. Mas, neste momento, esse debate político, a politização das vacinas e a falta de compromisso para a compra de vacinas têm, realmente, custado a vida de quase 270 mil brasileiros, número que pode chegar a 400 mil ou a 500 mil.

Qual é a saída? É a vacina. Não há alternativa. Se houvesse outro medicamento, ele já deveria ter sido aprovado há muito tempo.

Não quero concordar com alguém jogar a culpa em outro alguém. Não é momento de o Presidente jogar a culpa nos Governadores; também não é momento de os Governadores jogarem a culpa no Presidente.

Eu gostaria de conclamar a união dos três Poderes - o Legislativo, por meio do Congresso Nacional; o Executivo, juntamente com os Governadores e os empresários brasileiros; e também a nossa Suprema Corte, o Poder Judiciário -, para juntos acharmos a melhor alternativa, a mais rápida que existir, para salvar a vida de milhares e milhares de brasileiros.

Mas é preciso também haver responsabilidade. O cidadão que sai da sua casa e vai fazer aglomeração, o cidadão que vai para a vida noturna, sem máscara, sem seguir os protocolos da OMS e os protocolos do próprio Ministério da Saúde, ele não está cumprindo seu papel, não está ajudando o nosso País, porque neste momento nós temos que recuperar a nossa economia, e não se recupera uma economia com uma Nação doente.

Há uma contradição muito grande, embates por todos os lados, Sr. Presidente. Fecha-se comércio, abre-se comércio. E aí vem a pergunta: quem é que vai pagar o aluguel, os impostos que têm que ser pagos? Há hoje uma grande contradição no Brasil. A Nação está dividida. E, com a Nação dividida, jamais nós iremos sair rapidamente desta crise.

Então, nós queremos a unidade dos três Poderes, entre Congresso Nacional, Executivo e Judiciário, para discutirmos nesta Casa, Sr. Presidente, todas as reformas, principalmente a reforma tributária e a reforma administrativa, para que a nossa economia possa ser recomeçada, para dar ao empresário condições de empreender. É isso que nós queremos.

Que conste no programa *A Voz do Brasil* a nossa fala, a fala do bom

senso, a fala de quem quer resultados e salvar esta Nação.

Muito obrigado.

---

Documento 4/23

---

10.2021.B	Sessão Outro Evento	04/03/2021-11:04
Publ.: DCD - 05/03/2021 - FLAVIANO MELO-MDB -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Necessidade de esclarecimento, por parte do Governo Federal, das razões dos sucessivos reajustes nos preços de combustíveis. Crises sanitária e econômica reinantes no País. Dificuldades enfrentadas pelo Estado do Acre, em decorrência de alagamentos e surto de dengue. Expectativa de votação do Projeto de Lei 4.476, de 2020, acerca da instituição do marco regulatório do gás natural. Defesa de inclusão na pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional.

---

**O SR. FLAVIANO MELO** (Bloco/MDB - AC. Sem revisão do orador.) -  
Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero aqui dizer ao povo brasileiro que a situação do nosso País está um caos. Mas, dentro desse caos, há coisas que poderiam ser, vamos dizer assim, amenizadas.

Eu quero aqui cobrar do Governo explicações sobre esse aumento frequente dos combustíveis, pois, nos últimos 50 dias, foram cinco aumentos. E até agora o que sabemos é que o Presidente criticou a política de preço, demitiu o Presidente da PETROBRAS e disse que iria zerar os impostos federais sobre o óleo *diesel*. De acordo com ele, isso reduziria o custo para o consumidor. Mas na prática isso vai diminuir em apenas 2 reais e 70 centavos o preço botijão de gás. Isso é muito pouco. Fará pouca diferença no bolso do consumidor.

Os custos da PETROBRAS levam em conta as cotações internacionais do petróleo. Quer dizer, toda vez que há variação no índice de preço, aumenta a gasolina, só que o salário do brasileiro não aumenta. Nós estamos passando por uma crise econômica, por uma pandemia. No Acre estamos tendo dengue e alagamentos. Trabalhadores públicos e privados estão com seus salários congelados há 2 anos. Imagine a situação para quem está desempregado!

No Acre a composição do preço final dos combustíveis fica mais cara

com o frete. O consumidor acriano acaba pagando 30% a mais do que os valores pagos em Brasília, São Paulo e Rio Janeiro. Há Municípios no Alto Juruá em que o botijão de gás custa 150 reais. Isso é um absurdo.

O preço do combustível está em tudo: no alimento, no medicamento, nos serviços hospitalares, etc. De todo produto o preço do combustível está por trás. Não é justo que a nossa população fique submetida a isso.

Aqui, na Câmara, nós vamos votar a nova Lei do Gás. Há anos ela vem sendo discutida por especialistas, Parlamentares e Governo.

O que pretendemos, como legislador, é tornar o mercado mais competitivo e baratear o preço da gasolina, como ocorre em tantos outros países.

Para concluir, eu quero reforçar mais uma vez a necessidade de se pautar a reforma tributária. Nós já temos um texto que merece ser discutido nesta Casa.

Sr. Presidente, eu agradeço a oportunidade e peço que o meu pronunciamento seja registrado nos Anais desta Casa e reproduzido no programa *A Voz do Brasil*.

---

Documento 5/23

---

10.2021.B	Sessão Outro Evento	04/03/2021-11:44
Publ.: DCD - 05/03/2021 - REGINALDO LOPES-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Caráter falacioso de pronunciamentos sobre a necessidade de redução do Estado brasileiro para o reequilíbrio fiscal. Defesa de ampliação das políticas públicas das áreas de saúde e educação. Necessidade da implantação de programa de renda permanente para combate às desigualdades sociais. Defesa de realização da reforma tributária, com ênfase na taxação de grandes fortunas.

---

**O SR. REGINALDO LOPES** (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, nobres colegas Deputados e Deputadas, o Brasil precisa encontrar um caminho novo e ousado para o seu equilíbrio fiscal. Estamos mentindo para o povo brasileiro, há quase 6 anos, dizendo que o caminho para o equilíbrio fiscal é o tamanho do Estado, que o problema do desequilíbrio são as políticas públicas. É evidente que



isso é mentiroso. O fato verdadeiro é que nós precisamos de mais Estado, de mais políticas públicas, na área da saúde, na área da educação. Agora, com a pandemia, está evidente que este é o país mais desigual do planeta Terra. Portanto, precisamos de mais Estado.

Precisamos de um auxílio emergencial permanente, para combater as desigualdades. O Brasil está numa carestia, Deputado Alencar Santana Braga. E como nós vamos encontrar as receitas necessárias para dar parte da riqueza do País a todas as brasileiras e a todos os brasileiros? A Câmara dos Deputados e o Senado da República precisam ter a coragem de admitir que, de fato, a única reforma que importa para o equilíbrio fiscal é a chamada reforma tributária. Mas o Parlamento, Câmara e Senado, e o Presidente da República se escondem atrás do populismo e da demagogia para não enfrentar os super-ricos deste País, para não enfrentar o sistema tributário, porque aqui há a dominação do sistema financeiro.

Não há como encontrar um caminho para o equilíbrio fiscal olhando apenas pelo lado das despesas. Mesmo que o gatilho seja aprovado na PEC Emergencial, ele será insuficiente para o equilíbrio federativo do País. O equilíbrio federativo do País passa por mais receitas.

Nós temos que enfrentar o fato de que os super-ricos, Presidente, não pagam imposto de renda. Não me refiro a lucros e dividendos, não, mas a imposto de renda! Eles não pagam porque Fernando Henrique Cardoso os isentou. Eles não pagam porque sonegam. Há uma sonegação enorme neste País.

Nós precisamos enfrentar a questão da economia subterrânea, de 1,5 trilhões de reais, que não é tributada. Se a carga tributária é de 30%, podemos arrecadar mais de 500 bilhões de reais.

Por último, Presidente, também temos que tributar as grandes fortunas. Trata-se de regulamentação simples.

Com projetos de lei simples, podemos resolver o equilíbrio fiscal. Mas esta Casa tem que dizer de que lado está, se é no do povo brasileiro ou se é no do sistema financeiro.

Obrigado, Presidente.

---

### *Sumário*

Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, a respeito da criação de mecanismos de ajuste fiscal. Necessidade de retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Importância de realização da reforma tributária.

---

**O SR. JOSEILDO RAMOS** (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez me manifesto oportunamente acerca desta situação, que é insustentável. Nós votaremos em instantes uma PEC, em plena pandemia. E ela tem um apelido: PEC do auxílio emergencial.

Para que nós votemos o auxílio emergencial, não há nenhuma necessidade de termos um PEC.

O que está por trás dessa votação é mais um capítulo do ajuste fiscal, de mudanças na nossa Constituição, quando estamos num momento de pandemia.

Nós deveríamos estar votando aqui questões ligadas ao resguardo do nosso povo, trabalhando para melhorar o transporte em meio à pandemia, para que o nosso povo não morra à míngua como está acontecendo. Logo, logo, 270 mil brasileiros terão morrido. E este Governo vai ter que prestar contas dessa viagem furtiva que fez a Israel.

O auxílio emergencial, no fundo, no fundo, é o bode no sala; são as miçangas que, na época do descobrimento do Brasil, eram usadas para cabalar os índios, para envolvê-los e enganá-los. Mas o povo brasileiro não vai ser enganado.

A PEC 186 é mais um engodo, e sua aprovação será a traição da Casa Legislativa federal ao seu povo; será o Parlamento deixando de cumprir aquilo que lhe cabe: proteger o povo.

Por que é que nós estamos aqui votando para retirar dinheiro, renda, do mundo do trabalho? Quem está bancando os desatinos deste Governo que transformou o Brasil num párea internacional é o trabalhador. Não dá para votarmos essa PEC. Nós votaremos pelo auxílio, mas ofereceremos resistência, obstrução, mesmo sabendo que a obstrução em tempos de pandemia não se justifica.

Sr. Presidente desta Casa Legislativa, vamos atinar para os grandes desafios que deveriam nos mover neste ambiente de pandemia. Essa PEC vai trazer mais sofrimento, vai tirar mais renda daqueles que trabalham e só têm o suor do seu rosto para oferecer em troca do pão

de cada dia.

Por que não mexem no andar de cima? Onde está a reforma tributária? Por que não usam as reservas que Lula e Dilma deixaram para recuperar a nossa economia e botar o pão na mesa dos milhões de desocupados, fruto da inação, da incompetência deste Governo?

Eu peço que o meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação desta Casa, por favor, Sr. Presidente.

---

Documento 7/23

---

15.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/03/2021 - CD	13:40
Publ.: DCD - 10/03/2021 - 67	GERVÁSIO MAIA-PSB -PB	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Defesa de realização da reforma tributária. Protesto contra a inclusão do auxílio emergencial no texto da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, a respeito da criação de mecanismos de ajuste fiscal. Prejuízos impostos aos servidores públicos pela propositura. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Perplexidade ante o posicionamento do Presidente Jair Bolsonaro, contrário à imunização do povo brasileiro e a favor do uso de cloroquina no tratamento da Covid-19.

---

**O SR. GERVÁSIO MAIA** (PSB - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Deputado Eduardo Bismarck, quero saudar V.Exa. e todos os que integram a Casa do Povo e todos os servidores.

Boa tarde, Brasil.

A minha fala vai ser muito curta, porque realmente é muito revoltante assistir a esse tipo de jogo aqui na Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Deputado Gervásio Maia, agradeço as suas palavras, mas o seu tempo estava errado.

Peço à Mesa que restabeleça o tempo de 3 minutos, para que V.Exa. dê início à fala.

**O SR. GERVÁSIO MAIA** (PSB - PB) - Pois não, Presidente. Muito

obrigado.

Eu preciso dizer que é inaceitável misturar estes dois temas: auxílio emergencial e ajuste fiscal. Isso beira ao jogo sujo. Permitam-me dizer isso.

Nós precisaríamos de tempo para discutir com o povo brasileiro o ajuste fiscal. Cadê a reforma tributária, Câmara dos Deputados? Nós precisamos discutir e avançar com a reforma tributária, em vez de misturar auxílio emergencial com ajuste fiscal, incluindo diversas situações maléficas para o futuro do País. Como vamos votar a Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, ferindo servidores públicos que estão arriscando as suas vidas, que passam o dia dentro de um hospital e, de repente, voltam para dormir com seus filhos, com a sua esposa ou com seu marido? Esses é que serão atacados com a aprovação desta PEC 186.

No ano passado, a Câmara dos Deputados enfrentou o tema. Bolsonaro queria um auxílio emergencial de 200 reais, mas nós conseguimos vencer a barreira e aprovamos um auxílio emergencial de 600 reais. É fato que isso foi um paliativo, mas foi um acerto gigantesco, porque as pessoas tiveram comida na mesa e, mais do que isso, visivelmente tivemos a economia muito aquecida. Foi um acerto gigantesco da Câmara dos Deputados.

Nós precisamos repetir, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o auxílio emergencial de 600 reais, sem qualquer tipo de jogo sujo, sem qualquer tipo de condição, sem chantagem - o nome disso é chantagem!

No ano passado, assistimos ao Presidente negando a vacina e defendendo a cloroquina. Olhem que coisa absurda! A solução para o futuro do Brasil e para o futuro do mundo está, com certeza, na vacinação do nosso povo. O que estamos discutindo é um paliativo, e não deveria ser feito através de uma PEC. Isso é realmente lamentável.

Mas eu faço um apelo: nós temos alternativas, nós temos caminhos. Repito que a reforma tributária é um caminho para suprir defasagens, dificuldades, injustiças do oitavo país mais desigual do planeta Terra.

Venhamos e convenhamos: as pessoas estão precisando do auxílio emergencial. Chega de jogo sujo! Nós não podemos aceitar que um ajuste fiscal, sem debate, seja incluído num tema tão importante quanto o auxílio emergencial.

Estaremos aqui insistindo nisso. Eu, enquanto integrante do meu partido, o PSB, compondo com muita alegria a Oposição, vou insistir

firmemente ao lado do povo, ao lado dos funcionários públicos, ao lado daqueles que estão defendendo o nosso povo, cuidando das nossas vidas.

Então, Sr. Presidente, nada de misturar as coisas. Vamos aprovar o auxílio emergencial e depois discutiremos um ajuste fiscal justo, mas discutindo, repito, com o povo brasileiro.

São essas as colocações. Nós precisamos do auxílio de 600 reais.

Muito obrigado.

---

Documento 8/23

---

15.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	09/03/2021-17:40
Publ.: DCD 10/03/2021 - 127	TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO	

---

### ***Sumário***

Proposta a Deputado de taxaçaõ extraordinária de lucros bancários. Defesa da realizaçaõ de reforma tributária com ênfase no combate às desigualdades entre pobres e ricos. Insignificância do auxílio emergencial de 250 reais proposto pelo Governo Federal. Contrariedade à aprovaçaõ da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criaçaõ de mecanismos de ajuste fiscal. Necessidade de renovaçaõ do auxílio emergencial concedido às mulheres chefes de família. Defesa de tributaçaõ de lucros e dividendos.

---

**A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Sem revisãõ da oradora.)** - Presidente, eu ouvi um Deputado falar de taxaçaõ dos nossos salários. Se ele sabe fazer alguma conta, se ele consegue fazer uma conta rápida, mais útil para o Brasil seria propor os 30% que ele propôs para a taxaçaõ extraordinária de lucros dos bancos. Proponha isso, Sr. Deputado!

Ao contrário, a reforma tributária que aqui tramita, infelizmente, não enfrenta o coração do problema da situaçaõ fiscal do Brasil.

Os textos que aqui estão tramitando são para a simplificaçaõ dos tributos quando, na verdade, nós estamos aqui discutindo o auxílio emergencial, que é necessário para o povo brasileiro fazer o isolamento, comprar arroz, carne, e para as cidades e os Estados

poderem fazer o *lockdown* em situações mais críticas.

Com uma reforma tributária que incide, de forma contundente, sobre a desigualdade entre os ricos e os pobres no Brasil, como eu provoço e convido os Deputados e as Deputadas a proporem aqui, nós poderíamos ter uma renda permanente para o povo brasileiro. O Brasil é um país de dimensões continentais, é um país profundamente desigual. É desafiador enfrentar as desigualdades no Brasil. De outro lado, as medidas tomadas sistematicamente nesta Casa aprofundam o Brasil da pobreza, aprofundam o Brasil das desigualdades.

Nós do PSOL apresentamos uma emenda para eliminar o limite de 44 bilhões, mas, infelizmente, nós da Oposição estamos com dificuldade para ter as assinaturas necessárias para as emendas - para nós conseguirmos as assinaturas, são necessários 2 dias ou 1 dia e meio. Pelo Regimento Interno, são dez sessões. Vejam a diferença! Na verdade, este limite é desnecessário. Na PEC do Orçamento de Guerra, não havia limite. Nós precisamos garantir mais do que 250 reais para o povo brasileiro. Aliás, esse valor é ridículo, muito sinceramente. Mais do que isso, é preciso garantir cota dupla para as mulheres chefes de família.

Nós sabemos que as mulheres estão à frente dos espaços de cuidado. Nós estamos no mês de março. Somos nós que levamos os filhos ao hospital, as crianças à creche. Quantas mulheres neste momento estão dedicando suas vidas para cuidar das vítimas da COVID? Muitas delas são mães-solo, muitas dessas chefes de família são domésticas, são camelôs e, neste momento, estão sem o sustento para colocar comida na mesa.

O auxílio emergencial atendeu, Sras. e Srs. Deputados, a 40% das mulheres de chefes de família. Agora o que está colocado aqui é o desmonte dos direitos sociais e um auxílio de 250 reais para as mulheres brasileiras, mulheres trabalhadoras, mulheres que estão sofrendo com o preço do gás, do arroz, da carne, diante do aumento de 15% no preço dos itens alimentícios.

Nós entendemos que, além de esta PEC desmontar os direitos sociais, ela estabelece um limite que vai impedir que o auxílio chegue ao povo brasileiro num valor decente, num valor condizente com o momento de crise econômica que estamos vivendo.

Portanto, além do auxílio emergencial, que é necessário, espero que esta Casa defenda, o mais breve possível, a taxação dos bancos, a tributação dos lucros e dividendos, ao contrário do que o Deputado que me antecedeu, de forma risível, disse.



Muito obrigada.

---

Documento 9/23

---

16.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/03/2021 - CD	20:44
Publ.: DCD - 10/03/2021 - 214	ALEXIS FONTEYNE-NOVO -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Importância da redução de subsídios tributários pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional.

---

**O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP.** Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, entre as várias medidas importantes desta PEC, há a questão da redução dos incentivos e benefícios federais de natureza tributária, os famosos subsídios tributários.

Entendemos que dessa forma estariam diminuindo algo pelo que o Partido Novo luta há muito: esses subsídios que são dados para setores e categorias pelo Brasil. Mas a verdade é que, da forma como está dentro desta PEC, esses subsídios que vão ser retirados de forma seletiva vão trazer um grande problema para o Brasil. Por quê? Porque não terminamos com algumas áreas que têm subsídios, como a Zona Franca de Manaus. Não estou aqui defendendo a Zona Franca de Manaus ou não pedindo que ela seja desmontada. Sabemos a origem dela e sua importância, mas entendemos que ela tem que mudar a forma de funcionar. Ela tem que procurar a vocação local.

Se tiramos subsídios só de algumas áreas e não da Zona Franca de Manaus, nós desequilibramos, literalmente, o setor produtivo no Brasil. As empresas vão ter que tomar uma decisão: ou fecham as empresas nas suas unidades e transferem tudo para Manaus ou simplesmente não terão a menor capacidade de competir.

Entendo a intenção de tirar o subsídio para retornar os recursos, mas esses recursos não vão retornar. As empresas vão ser obrigadas a fechar e a se transferir para Manaus, o que vira um custo e, no fundo, não atinge o objetivo final de aumentar a arrecadação.

Então, nós temos que ter muito cuidado. E não estamos de acordo com

esse item, apesar de não acreditarmos em subsídios tributários. Se isso for feito, nós vamos aumentar ainda mais as distorções.

A saída, Presidente, está em suas mãos, junto com o Presidente da República: uma reforma tributária ampla, para nós acabarmos com esses puxadinhos, acabarmos com todas essas distorçõezinhas que estão acontecendo. E há várias outras matérias dentro dessa PEC que seriam resolvidas com a reforma tributária.

Portanto, vamos avançar de forma responsável - a PEC 45 é uma bela reforma, e isso está claro aqui: ela já está bem trabalhada -, para podermos avançar nesse tema, Presidente, e passarmos essa página. Sem uma reforma tributária ampla, nós não vamos conseguir gerar um ambiente de geração de emprego. E aí, como eu falo, não adianta tirar mais leite de pedra. Não dá! A sociedade está exaurida com a carga tributária e com a complexidade do sistema tributário.

Muito obrigado.

---

Documento 10/23

---

16.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/03/2021- CD	21:00
Publ.: DCD - 10/03/2021 - 217	PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Contrariedade à inclusão do auxílio emergencial no texto da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, referente à criação de mecanismos de ajuste fiscal. Razões do posicionamento da oradora contrário à aprovação da propositura. Defesa de promoção do ajuste fiscal no processo de reforma tributária.

---

**A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE** (PT - MT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Boa noite, Sr. Presidente. Boa noite, demais pessoas que nos acompanham neste horário pela *TV Câmara*.

Sr. Presidente, como este é o mês da mulher, e eu acredito no bom senso das mulheres, creio que a discussão que estamos fazendo durante todo o dia de hoje, no final da tarde e no início da noite, é uma discussão muito importante, porque trata do auxílio emergencial da população que está com fome no País, dos recursos que precisamos passar para a nossa gente. Entretanto, Sr. Presidente, digo a V.Exa., uma pessoa com toda a formação, uma pessoa eleita pela maioria

esmagadora desta Casa, que neste horário esta sessão deveria ser suspensão, os Líderes deveriam conversar, e nós deveríamos entender que não podemos misturar auxílio emergencial e ajuste fiscal no mesmo texto e levá-lo à população brasileira. Não se trata do que alguns Deputados estão dizendo, de aumento de salário; ninguém está discutindo isso. Trata-se de discutir direitos assegurados. E o mais grave é que estamos discutindo neste momento os fundos que conceituam este País, os fundos que foram criados para garantir a distribuição de algumas políticas públicas.

Por exemplo, quando votamos o fundo do pré-sal, pensamos no recurso a se vincular à educação. Hoje vimos numa PEC que ele vai ser repassado para pagar a dívida pública! Quanto ao FUST, aprovamos aqui na Casa um projeto de lei de autoria minha e do Deputado Idilvan Alencar, que o Senado já aprovou e que aguarda sanção, para que os recursos sejam investidos em tecnologia nas nossas escolas. E aí nós nos vemos na iminência de perder tudo aquilo que conquistamos historicamente, na luta para que as políticas públicas tivessem resguardado o financiamento daquilo que a população mais precisa, que é educação, ciência, saúde. Quando dizemos que não podemos fazer mais gastos, não podemos comprar vacina? Não podemos contratar mais médicos para darem atenção, neste momento, às pessoas que estão morrendo?

No interior do Estado de Mato Grosso há algumas UTIs, mas elas não têm hemodiálise, por exemplo. Uma pessoa que está com COVID, que é intubada e tem problema renal, vai morrer no tubo porque não pode fazer hemodiálise.

Quer dizer que o SUS não precisa de recursos para que avancemos na contenção da tragédia que está acontecendo no País? Imaginemos morrerem 2 mil pessoas de uma única doença, contaminadas por um vírus que poderia ter sido evitado. As pessoas que neste momento da nossa história, da história da humanidade, estão morrendo já poderiam ter sido vacinadas. Então, como vamos abrir mão dessa situação? Como vamos abrir mão do atendimento das necessidades? Vamos ficar impedidos por uma emenda constitucional? Como é que se discute colocar na Constituição da República que, quando houver uma emergência, gastam-se até 44 bilhões de reais para pagar auxílio emergencial? A população precisa de café da manhã, almoço e jantar, como sempre disse o Presidente Lula. Nós precisamos manter e prover o nosso povo.

O Parlamento - e V.Exa. deu um bom exemplo na semana passada, quando liderou e conversou com os Governadores - precisa ouvir e recuar naquilo que é necessário. O diálogo se faz quando se convence um ao outro de alguns pontos.

Quando a Oposição se coloca, e não é só a Oposição, eu recebo aqui ligações de Deputados da base do Governo que estão preocupados, pois nós vamos colocar a digital para destruir as políticas públicas deste País.

Portanto, Sr. Presidente, peço a V.Exa. que façamos uma reflexão neste final de noite. Vamos repensar amanhã o que se pode fazer para melhorar as condições de vida do nosso povo. E não é fazendo arrocho neste momento! Vamos ter a reforma tributária, vai ser discutido o que é preciso, ajustes fiscais serão feitos na reforma correta. Não significa ficar passando uma ideia à população brasileira de que quem votar contra a PEC está votando contra o auxílio emergencial. Eu quero votar o auxílio, mas um auxílio que dê para as pessoas comprarem pelo menos a cesta de alimentos.

Muito obrigada. E passo a palavra, para complementação do tempo do PT, à companheira Deputada Maria do Rosário.

---

Documento 11/23

---

17.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/03/2021- CD	01:00
Publ.: DCD - 10/03/2021 - 331	VITOR HUGO-PSL -GO	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Congratulações ao Deputado Daniel Freitas, Relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Aperfeiçoamento da propositura pela Câmara dos Deputados.

---

**O SR. VITOR HUGO** (Bloco/PSL - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria agradecer ao Deputado Daniel Freitas e parabenizá-lo pela coragem de ter assumido um tema tão complexo e, ao mesmo tempo, tão importante para o País. Participamos de diversas reuniões juntos, inclusive com o Presidente da República, também com V.Exa., o Presidente da Câmara, com Ministros de Estado, para compreender a complexidade e a importância desse tema. O Deputado Daniel foi um soldado, um guerreiro do Brasil, do Governo e, agora, de todas as pessoas que vão ser beneficiadas com a aprovação do auxílio emergencial.

Tenho certeza de que uma série de discussões sobre temas desta PEC vamos retomar em PECs posteriores. Cito, por exemplo, a da reforma

administrativa e a da reforma tributária. Teremos oportunidade de aperfeiçoar também nesse momento o texto que veio do Senado.

Deputado Daniel, parabéns! Muito obrigado pela coragem de assumir um tema tão complexo.

---

Documento 12/23

---

17.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/03/2021- CD	01:12
Publ.: DCD - 10/03/2021 - 334	RICARDO BARROS-PP -PR	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Importância de votação e aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Relevância das reformas previdenciária, administrativa e tributária. Defesa da aprovação de projetos estruturantes para a realização de investimentos privados na infraestrutura pública brasileira. Necessidade da aquisição de vacinas contra a Covid-19 pelo Governo brasileiro, não obstante à produção de imunizantes pelo Instituto Butantan e pela Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ.

---

**O SR. RICARDO BARROS** (Bloco/PP - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje nós estamos enfrentando um problema que se agrava no País, em função da pandemia, e o fazemos votando aqui uma PEC que permite, dentro das regras do ajuste fiscal, abrir uma exceção para podermos pagar o auxílio emergencial. Esta é mais uma demonstração do Presidente Jair Bolsonaro de preocupação com a população afetada pelo isolamento, em razão da crise de saúde estabelecida em função da COVID-19.

Temos, sim, que avaliar que este gesto, esta PEC de autoria do Senador Marcio Bittar, a chamada PEC Emergencial, que, por muito tempo, foi discutida no Senado Federal - nós acompanhamos o debate -, tem sido objeto de ampla discussão. Nós quase a votamos no fim do ano passado, olhando para a perspectiva de dar aos brasileiros a garantia de que o Estado brasileiro, de que o Governo brasileiro, de que o Presidente Bolsonaro e o Ministro Paulo Guedes se preocupam em transmitir estabilidade, segurança jurídica e capacidade de manter as contas públicas em dia.

Nós sabemos que o preço dos alimentos está diretamente ligado ao valor do dólar. Nós somos provavelmente um dos maiores



exportadores do mundo de proteínas, de alimentos, de grãos. Todos esses preços, lembremos, são cotados em dólar. Portanto, nós precisamos que haja tranquilidade dos agentes que financiam o Brasil e seu desenvolvimento, para que eles percebam que estamos olhando com seriedade, com tranquilidade e com especial atenção para a garantia das contas públicas.

A reforma da Previdência nos deu 800 bilhões de reais em economia em 10 anos. A reforma administrativa, já entregue a esta Casa, vai nos permitir, ao longo de algumas décadas, um Estado brasileiro mais leve, mais eficiente, com meritocracia e com a capacidade de reconhecer o servidor público que trabalha, que se dedica, que faz a prestação de serviço à população, para que ele possa, sim, ser premiado e possa construir sua carreira, sendo diferenciado pelo seu desempenho. A regra atual não permite isso.

Nós teremos um Estado com progressões, com 25 níveis de progressão no serviço público. Hoje muitas carreiras já entram praticamente no teto salarial de cada nível de carreira do serviço público. Então, o Estado será muito leve, muito eficiente, muito capaz de prestar um serviço público de qualidade no futuro. Hoje o Brasil gasta 14% do Produto Interno Bruto para financiar a máquina pública. O Japão gasta 5%; a União Europeia gasta, em média, 9%. Nós podemos, sim, ter um Estado mais leve e mais eficiente. Este é o objetivo da reforma administrativa.

A reforma tributária, que também segue em discussão nesta Casa, vem no sentido de simplificar a vida do contribuinte brasileiro, permitir que cada vez mais nossos contribuintes possam recolher os impostos de forma mais simples, ter menos funcionários no setor de arrecadação, de pagamentos de impostos, e mais funcionários no chão das fábricas, o que diminui o Custo Brasil, simplifica o número de impostos, garante a Estados, Municípios e União uma receita segura, através do Imposto sobre Valor Agregado, proposta que deve surgir da nossa reforma tributária. A simplificação, em especial, é fundamental para nosso contribuinte. Estes são, portanto, os desafios que nós enfrentamos, os maiores desafios.

Nós temos, também, a Lei do Gás, o Veto do Saneamento. Temos o licenciamento ambiental, a regularização fundiária, a cabotagem, matéria que está no Senado, entre inúmeros projetos estruturantes que permitirão investimentos privados na infraestrutura pública para que o Brasil seja mais competitivo e nós tenhamos um Custo Brasil menor, e, assim, nós possamos concorrer de forma muito mais eficiente neste mercado globalizado em que nos encontramos.

A vacina é um grande desafio. O País precisa comprar vacinas. Nós somos um país privilegiado, porque temos fábricas de vacinas aqui.



Nós não dependemos exclusivamente de importação. A FIOCRUZ e o Butantan já estão produzindo vacinas de outros laboratórios e já iniciam a produção de vacinas aqui no Brasil, o que vai assegurar que a crise sanitária seja dirimida com mais tranquilidade no nosso País.

Nós já somos o sexto no mundo em maior número de vacinados e estamos em 22º lugar em mortes por milhão. Portanto, nós temos cuidado bem dos nossos doentes. Muitos países de primeiro mundo têm mais mortes por milhão de pessoas que o Brasil. Nós temos também um grande volume de pessoas já vacinadas, porque o SUS nos dá estrutura para isso.

Então, Presidente, aqui fica o nosso apelo para que aprovemos esta proposta de emenda constitucional chamada PEC Emergencial. Que, através dela, possamos socorrer os brasileiros que necessitam de apoio do poder público neste momento em que a pandemia paralisou a sua atividade produtiva e que, ao mesmo tempo, possamos demonstrar aos mercados - e eu falo no sentido daqueles que financiam o País, o nosso desenvolvimento, a nossa Bolsa de Valores, as nossas empresas - que o Brasil é um país sério, que cuida com muita atenção do equilíbrio das contas públicas!

Vamos comemorar a aprovação desta proposta de emenda constitucional, porque estamos criando uma cláusula de calamidade. Toda vez que tivermos um problema como esse da COVID, uma enchente, uma barragem rompida, qualquer tipo de calamidade, o Prefeito, o Governador e o Presidente da República poderão acionar essa cláusula de calamidade e imediatamente gastar os recursos necessários para socorrer a emergência e, ao mesmo tempo, conter as despesas correntes, as despesas de custeio, para que o atendimento da emergência não cause grande impacto no endividamento público, que é a grande preocupação do País neste momento.

Nós tínhamos 70% de relação dívida/PIB, já temos praticamente 100% de relação dívida/PIB e não podemos continuar avançando em emissão de títulos para financiar o futuro do País. Há 8 anos, Sr. Presidente, o Brasil gasta com o seu custeio mais do que arrecada. São 8 anos de déficit fiscal primário, e vamos ainda permanecer por alguns anos nessa direção, mas precisamos tomar as decisões corretas. Fizemos a reforma da Previdência, faremos a administrativa, faremos a tributária, para que o País possa ficar no azul, arrecadar mais do que gasta, investir mais, ser mais competitivo e dar oportunidade aos nossos jovens, que querem um futuro melhor.

É isso. Aqui fica, sim, o compromisso do Presidente Bolsonaro de conduzir o País para um grande momento de desenvolvimento e de melhor atenção àqueles que mais precisam do Governo.

Obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 13/23

---

18.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/03/2021- CD	15:04
Publ.: DCD - 11/03/2021 - 107	DANILO CABRAL-PSB -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Inexistência de incompatibilidade entre o equilíbrio fiscal e o equilíbrio social. Contrariedade à desvinculação de receitas tributárias de fundos sociais, preconizada na Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Recrudescimento das desigualdades sociais brasileiras. Necessidade de retomada do auxílio emergencial. Defesa da taxaço de grandes fortunas. Realizaço das reformas tributária e administrativa.

---

**O SR. DANILO CABRAL** (PSB - PE. Como Líder. Sem revisáo do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho aqui expressar de forma mais clara a posicao do nosso partido, o PSB, acerca deste debate.

No nosso entendimento, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nesta questáo que está sendo discutida, alguns que são contra a PEC, que são contra o pagamento do auxílio emergencial lançam uma falsa dicotomia em torno desse debate, como se quem defendesse o auxílio emergencial, em fortalecimento do Estado brasileiro, fosse, de alguma forma, a favor de um desequilíbrio fiscal. Esse é um argumento falacioso.

Nós, do PSB, defendemos, sim, o equilíbrio fiscal. Nós entendemos que o equilíbrio fiscal é, também, uma conquista da sociedade brasileira que vem lá da década de 90 e é um valor que precisa, sim, ser preservado.

Mas, além do equilíbrio fiscal, nós também defendemos o equilíbrio social. E no nosso entendimento, não há incompatibilidade de um com o outro. A questáo é simplesmente que façamos as escolhas e saibamos quem, de fato, deve pagar a conta do Estado brasileiro. Esse é o debate que nós precisamos fazer.

Quando falamos aqui dos cortes que foram feitos no decorrer da história, nós vemos que quem sempre tem pagado essa conta,

Deputado Henrique Fontana, é o lado mais fraco do Estado brasileiro. Esse mesmo debate do equilíbrio fiscal, do ataque ao Estado e aos servidores públicos nós vimos, por exemplo, no debate da implantação da PEC do Teto dos Gastos. Esse foi um argumento que surgiu lá atrás também. Nós da Oposição alertamos, de forma muito objetiva, que o teto representaria que iríamos tirar recursos da educação, da saúde pública, do SUAS.

E o que ficou de fora do teto? Para lembrar quem está aí defendendo esse falacioso argumento dessa contradição entre equilíbrio social e equilíbrio fiscal, o que ficou fora do teto foi justamente o pagamento de serviços da dívida. Os bancos, os velhos bancos, que sempre ganharam tudo, aqui, neste País. O serviço da dívida ficou de fora, lá atrás, na questão do teto dos gastos.

Agora, nesse debate da PEC Emergencial, vemos que o argumento para tirar recursos dos fundos que financiam tantas políticas importantes na segurança, no combate às drogas, nas telecomunicações, na ciência e tecnologia, é que os recursos dos fundos devem ir também para pagar serviços da dívida. É o mesmo e velho argumento, mais uma vez, que já foi usado na reforma da Previdência, também, atacando servidores. Tudo isso numa lógica de carrear recursos do Estado brasileiro para o sistema financeiro. É esse o argumento que está posto.

Nós não concordamos com isso. Nós achamos que, se é para haver contingenciamento, então se contingenciem todos. O Orçamento público brasileiro, Deputada Alice Portugal, é consumido 45%, 50% com o serviço da dívida. Eu não vejo um Parlamentar abrir a boca para questionar o engessamento do serviço da dívida no Orçamento público brasileiro.

Eu ouvi o Deputado Marcelo Ramos falar aqui, agora há pouco, e citar o exemplo de uma dona de casa que não tem recursos para pagar uma empregada doméstica ou para pagar uma dívida de dentro de casa. Quando se tem uma conta dentro de casa, quando o sujeito tem um cartão de crédito que está com a dívida alta, a primeira coisa que ele faz é renegociar essa dívida, é tentar esticar a dívida do cartão de crédito para poder ter uma prestação mais suave no pagamento. E nunca vimos o Estado brasileiro chamar esses credores, que sempre foram sócios do Estado brasileiro, que sempre se apropriaram do Estado brasileiro, para fazer uma composição. Só olham a dívida daqueles que estão no andar de cima e não veem a dívida social!

Será possível que vamos negar aqui os 70 milhões de brasileiros, hoje, que não têm o que comer? Será possível que nós vamos negar aqui as 270 mil pessoas que morreram, vítimas da COVID-19? Será possível que nós vamos negar aqui aqueles que estão na rua, hoje, em situação

de vulnerabilidade, que são atendidos pelo Sistema Único de Assistência Social? Será possível que nós vamos negar aqui o direito a 40 milhões de jovens que estão nas escolas públicas deste Brasil hoje e que ainda não estão tendo acesso à educação?

Tudo isso que nós estamos vivenciando hoje lançou uma lupa sobre o conjunto das desigualdades sociais que nós temos no Estado brasileiro e mostrou o aprofundamento dessas desigualdades. E nós vamos continuar aqui a só olhar para aqueles que estão no andar de cima? Não, não, não e não! Nós não aceitamos isso! É esse embate que queremos fazer aqui. É essa discussão que nós queremos fazer aqui, Presidente, com responsabilidade.

O foco dessa PEC é garantir o auxílio emergencial. Nós da Oposição queremos discutir sim o equilíbrio fiscal, queremos discutir sim os ajustes fiscais. Nós queremos discutir sim quem vai pagar essa conta. Nós queremos discutir, sim a regulamentação de um dispositivo que está desde a Constituição de 1988, o art. 153, que fala da taxação de grandes fortunas, e ninguém aqui tem coragem de falar sobre esse assunto. E refiro-me a esses que defendem o equilíbrio fiscal.

Vamos taxar os ricos! Vamos taxar os milionários! Não sou eu que estou dizendo isso, não. Quem defende isso são aqueles que os senhores sempre seguiram, que é o Fundo Monetário Internacional, mandando os países emergentes, os países pobres, taxarem os ricos para bancar a proteção social. É esse o debate que nós queremos fazer aqui, e nós queremos fazê-lo no espaço adequado.

Presidente, há duas PECs tramitando nesta Casa, para discutirmos esse tema, que é o bode na sala dessa PEC Emergencial. A reforma administrativa está em curso, está lá na CCJ. A reforma tributária está em curso. V.Exa. mesmo está colocando isso na pauta de prioridades da Casa. Vamos tirar esse assunto da PEC Emergencial e vamos levá-lo para o foro adequado, para que possamos discutir com a sociedade, para que a sociedade tenha o direito de falar. Esta Casa está precisando estreitar a relação com a sociedade, está precisando escutar mais a sociedade. Não podemos tomar decisões aceleradas, muito menos aquelas que só fazem jogar a conta nas costas do povo brasileiro.

---

Documento 14/23

---

19.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/03/2021-  
CD 17:24

Publ.: DCD - 11/03/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP  
193

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER  
DISCURSO

## *Sumário*

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque supressivo da expressão de servidores e empregados públicos e militares, da alínea a , inciso I, art. 167-A, da Constituição Federal, constante no art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

---

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero falar deste destaque do PSOL e dialogar com todos os Parlamentares, inclusive com o Presidente em exercício, o Deputado Marcelo Ramos, que, com todo o respeito, tem feito intervenções no plenário em defesa do ajuste fiscal.

Deputado Marcelo Ramos, eu quero dizer claramente que V.Exa. é um Deputado inteligente e experiente e sabe que nós temos que discutir macroeconomia para dizer como vai ser financiado o Estado. Nós não podemos só chegar aqui e dizer que temos que arrochar o funcionalismo público, através da reforma da Previdência, através da reforma trabalhista para os trabalhadores do INSS, através da PEC do Teto. A solução para tudo é espremer? Não! Por que não discutimos a reforma tributária taxando heranças, fortunas, lucros e dividendos? Por que não discutimos as favas contadas dos 400 bilhões do orçamento que são dirigidos aos juros no Brasil? Por que não discutimos as desonerações absurdas? Pelo contrário, estão taxando o Imposto de Renda nos descontos da classe média.

Deputado, é óbvio que nós não podemos deixar de falar desta pandemia, pois teremos mais de 2 mil mortos hoje. Essa é a questão que está em jogo. Os servidores estão na linha de frente: os policiais, os servidores da saúde, os servidores da educação, que está voltando. A pandemia explodiu de novo! Eles estão voltando para casa na maioria dos Estados. E nós estamos querendo congelar salários?

Nós temos aqui a tabela: 14 Estados já estão acima dos 95% do gatilho. Esse não é o problema. O problema é que Guedes só quer entregar recados para o capital financeiro. Aí é que entra a nossa emenda.

O Deputado Kim Kataguirí foi à tribuna dizer que a cúpula do funcionalismo ganha muito. Eu quero dizer para ele que, dos 10 milhões de servidores públicos, 80% são da educação e da saúde. Em média, nos Municípios, 73% desses servidores ganham até dois salários mínimos. Então, isso que foi dito é uma grande mentira.

Se quiserem resolver a situação dos policiais - sem essa engabelação



que foi proposta pelo Governo, sem essa manobra para se votar em segundo turno -, junto com a dos educadores, junto com a do setor de saúde, que é linha de frente; defendendo esses heróis nacionais neste momento; defendendo o SUS, votem na proposta do PSOL. A União dos Policiais do Brasil disse que não aceita o acordo. Eu vi, no plenário, Parlamentares defensores da Polícia Federal sendo contraditórios: alguns aceitando o acordo, outros não aceitando o acordo.

Nós podemos resolver isso agora. Se V.Exas. querem taxar os grandes, tirem só os Poderes e deixem os trabalhadores. No meio da pandemia, no meio do surto inflacionário que nós estamos vivendo, existem pessoas que não têm aumento desde 2016. Estou falando de servidores lá de baixo, porque isso atinge Estados e Municípios.

Eles serão punidos pelo Governo Federal se não trocarem essas regras.

Então, eu peço à bancada da segurança pública, neste momento, e a quem tem compromisso com os policiais brasileiros, os educadores, a saúde pública, que vote pelo destaque do PSOL, porque, com este destaque, nós resolveremos esse problema agora.

---

Documento 15/23

---

19.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/03/2021- CD	18:36
Publ.: DCD - 11/03/2021 - 218	LUIS MIRANDA-DEM -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Necessidade de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a instituição de mecanismos de ajuste fiscal. Importância de realização da reforma tributária.

---

**O SR. LUIS MIRANDA** (DEM - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Vou aproveitar o dia de hoje, em estamos votando uma PEC que incomoda muitos, mas que é necessária para dizer que ela é necessária porque em algum momento nos governos passados não fizemos o dever de casa e principalmente não foi feita uma reforma tributária para poder potencializar uma arrecadação justa, crescente, que fortalecesse o setor produtivo e, por consequência, a geração de



empregos.

Nós estamos num ano em que nos comprometemos a fazer, sim, a aprovação desta PEC, a PEC Emergencial. Querem votar a reforma administrativa, mas principalmente devemos levar em consideração que nada dessas ações realmente surtirão efeito se não tivermos uma sociedade mais produtiva, mais crescente e economicamente mais bem sucedida, o que não acontecerá sem aprovarmos a reforma tributária.

Portanto, gostaria sempre de ressaltar a importância de aprovarmos a reforma tributária, mas principalmente com redução dos impostos sobre o consumo. A gasolina está batendo números absurdos. Precisamos fazer um corte no preço da gasolina. Estão sendo feitas ações já em outros combustíveis, como no *diesel* e no gás. Mas o consumo ficou mais caro. O alimento dentro do supermercado ficou mais caro. Os veículos ficaram mais caros. É o grande momento de fazermos uma reforma tributária e devolvermos para a população o poder de compra que nós precisamos, para, de fato, entregarmos para a sociedade aquilo que prometemos em Plenário.

Obrigado, Presidente.

---

Documento 16/23

---

19.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/03/2021- CD	20:16
Publ.: DCD - 11/03/2021 - 254	DARCI DE MATOS-PSD -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Apoio do Congresso Nacional à pauta econômica do Ministro Paulo Guedes. Realização das reformas tributária e administrativa. Efetivação da política social com o aquecimento da economia brasileira.

---

**O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Congresso, esta Casa é majoritariamente liberal. O Presidente Bolsonaro é um Presidente liberal. Nós vencemos as eleições.

Portanto, nós apoiamos a pauta econômica do Ministro Guedes. Fizemos a reforma da Previdência, vamos fazer a reforma tributária, vamos fazer a reforma administrativa. Enfim, o Brasil conhece a política do Ministro da Economia, Paulo Guedes, e o Brasil conhece a política

do Ministro da Economia da Esquerda, do PT, que era o Ministro Palocci. Era uma política estatizante, uma política que deixou muitas dúvidas para o nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, entendemos que a Esquerda, infelizmente, só fala em política social. Mas, para se fazer política social, é preciso apoiar o setor produtivo, é preciso ter renda, é preciso ter receita.

Então, a política social vai se efetivar com o aquecimento da nossa economia, o que estamos tentando fazer aqui neste plenário, Presidente.

---

Documento 17/23

---

22.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/03/2021- CD	23:44
Publ.: DCD - 12/03/2021 - 300	RICARDO BARROS-PP -PR	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Importância da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Valorização dos servidores públicos. Realização da reforma administrativa. Redução de incentivos fiscais concedidos ao empresariado brasileiro. Discussão do Fundo de Desenvolvimento Regional por ocasião da reforma tributária. Criação do Fundo de Equalização Fiscal. Anúncio de votação do Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, sobre o estabelecimento do marco regulatório do gás natural. Apreciação do Veto Parcial nº 30, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 4.162, de 2019, sobre a criação do marco legal do saneamento básico. Votação das propostas relativas à simplificação do licenciamento ambiental e à regularização fundiária. Excelência da atuação dos Relatores da PEC Emergencial, Senador Marcio Bittar e Deputado Daniel Freitas.

---

**O SR. RICARDO BARROS** (Bloco/PP - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas Parlamentares, nós estamos hoje encerrando a apreciação da PEC Emergencial, que, logo no início do mandato, foi encaminhada pelo Ministro Paulo Guedes ao Congresso Nacional.

O Senador Marcio Bittar se debruçou sobre essa PEC, e foram inúmeras as reuniões que fizemos para chegar ao ajuste do texto. Nesse texto, pudemos contemplar diversas medidas saneadoras de vícios da administração pública, que caminham, todas elas, na direção

do equilíbrio, na direção do bom senso, na direção da responsabilidade fiscal, na direção do bom uso do dinheiro público, do uso dele para o fim para o qual nós fomos eleitos, que é o bem da população.

Tivemos aqui várias negociações. Aqui e também no Senado, alterações foram feitas por pressões setoriais legítimas, legítimas, necessárias, mas nem sempre justas. O Brasil precisa, sim... Ouvi muitos discursos aqui sobre arrocho salarial, sobre dificuldades para determinadas categorias. O servidor público é um valor muito especial para a população. É por meio do servidor público que se consegue fazer a contraprestação de serviços do imposto que o cidadão paga. É ele que entrega, lá na ponta, o serviço que a população espera. É um servidor público ou uma servidora pública que está vacinando cada brasileiro lá no posto de saúde.

Então, nós temos, sim, que valorizar o servidor público. Mas não adianta médico sem remédio, não adianta pedreiro sem tijolo, não adianta motorista sem combustível. Algum recurso tem que estar reservado para que esse servidor público preste o serviço à população. Ele é bem pago, ele é preparado, mas ele precisa de insumos para prestar o serviço, então se reserva um pouco de recurso para que essa massa de servidores possa ter condições de transformar o seu trabalho no interesse da população.

Essa é uma das grandes questões que nós vamos enfrentar em relação à reforma administrativa, que está apresentada e terá a admissibilidade votada na CCJ desta Casa, quando serão discutidas as regras para os futuros servidores públicos, aqueles que ainda vão fazer concurso.

O Estado brasileiro custa 14% do PIB. No Japão, a máquina administrativa custa 5% do PIB; nos países da comunidade europeia, em média, 9% do PIB. Nós queremos um Brasil mais leve, mais competitivo.

Eu quero agradecer, ao terminar a minha tratativa deste assunto, aos servidores públicos que estão aqui neste Plenário, servidores da Câmara, do Executivo, servidores que estão trabalhando para que nós possamos entregar esses avanços à Nação brasileira.

Quero tratar dos incentivos fiscais que essa PEC enfrenta. Estamos aqui decidindo que reduziremos os incentivos fiscais de 4% do PIB para 2% do PIB, em 8 anos. O Brasil entrega 360 bilhões de reais em renúncias fiscais todos os anos para o setor produtivo. Vamos reduzir, então, em 8 anos, para 180 bilhões de reais. Vamos olhar para esses incentivos. Quando nós votamos o Orçamento da União, nós não temos a descrição dos incentivos no Orçamento, e, depois, a sua renúncia; nós já tratamos do Orçamento líquido, sem os 360 bilhões de

reais de renúncia. Então, vamos colocar luz sobre isso. Vamos procurar estabelecer na LDO que essa parte do Orçamento seja visível para o debate aqui na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e nas sessões conjuntas do Congresso.

Vamos lembrar que o SIMPLES, por exemplo, que é um dos grandes programas de incentivo fiscal bem-sucedidos do Brasil, ocupa 70 bilhões desses 360 bilhões. Então, há, sim, que se discutir no Brasil os incentivos fiscais. Não é possível que determinados empresários sejam mais bem-sucedidos que os seus concorrentes porque pagam menos impostos.

Na reforma tributária, nós trataremos do Fundo de Desenvolvimento Regional. O Ministro Paulo Guedes já disse que aceita entregar os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, o Banco da Amazônia e o Banco do Nordeste, para que esses instrumentos componham o elemento de criar competitividade e atrair investimentos nos Estados que têm menos infraestrutura. Quando, com a reforma tributária, nós equalizarmos o ICMS e acabarmos com a guerra fiscal, nós precisaremos desses fundos para que o desenvolvimento chegue aos Estados com menos infraestrutura.

Da mesma forma, nós precisamos do Fundo de Equalização Fiscal. Nós precisamos que os Estados que ganharão receita com a nova regra do Imposto sobre Valor Agregado, a nova regra tributária, compensem os Estados que vão perder receita.

E o Ministro Paulo Guedes diz que esse fundo também não será da União. O Estado que ganha deposita, o Estado que perde retira. Dessa forma, nós poderemos enfrentar, de fato, uma reforma tributária equilibrada, de modo que todos possam confiar em que as mudanças no seu período de transição permitirão que os Estados tenham conforto no cumprimento das suas obrigações; os Municípios possam participar mais do bolo das receitas; a resistência dos Municípios maiores, onde o ISS é muito relevante, em entrar no Imposto sobre Valor Agregado Único possa ser solucionada.

Será um grande debate nesta Casa o da reforma tributária, como será um grande debate o da reforma administrativa, e nós vamos enfrentar esse grande desafio.

Na próxima semana, nós já temos a Lei do Gás para votar. Além disso, nós teremos 2 dias de sessão do Congresso. Vamos enfrentar o veto do saneamento, que garante aos Municípios a legitimidade para licitar contratos que estão vencidos ou que são informais com as concessionárias de serviço público de saneamento. Bilhões de reais vão irrigar essa área de saneamento, levando saúde para a população. Cada 1 real investido em saneamento elimina 4 reais investidos na

saúde. É isso que nós precisamos fazer. Não podemos mais privar a população do saneamento porque companhias estatais não têm capacidade de investir ou não querem abrir mão da concessão do serviço que não prestam. Vamos votar o licenciamento ambiental, simplificar o licenciamento ambiental e facilitar os investimentos. Vamos votar a regularização fundiária, para que milhares e milhares de imóveis no Brasil possam ter escritura, possam pagar impostos e possam ser garantia do seu proprietário, para que este possa desenvolver economicamente a sua atividade, as suas ideias ou os seus anseios.

Presidente, eu agradeço muito a oportunidade desta fala. Eu quero destacar a atuação dos Relatores, o Senador Marcio Bittar e o Deputado Daniel Freitas, porque o papel do Relator é muito extenuante. É o papel de entender os contraditórios e se decidir pelo texto que vai ser aprovado. O Relator não escreve no relatório o que ele pensa, ele escreve o que ele percebe que tem maioria para ser aprovado. Por isso, estamos aqui comemorando o final desta votação e a aprovação da matéria. Os Relatores tiveram sensibilidade para, na média do pensamento, escrever aquilo que pode ser aprovado e será aprovado hoje.

Obrigado, Sr. Presidente. Desejo sucesso a todos os que participaram desta conquista para o Brasil. Muito especialmente, quero lembrar que ela é uma importante ferramenta para que o Presidente Bolsonaro entregue aos brasileiros a esperança que foi depositada nas urnas quando ele foi eleito. Que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, cumprindo o seu papel de representar o povo brasileiro, tenham a certeza de que estão fazendo a ação correta. Hoje estamos decidindo o que tínhamos que decidir, porque é o melhor para o Brasil.

Obrigado.

---

Documento 18/23

---

21.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/03/2021-  
CD 13:52

Publ.: DCD - 12/03/2021 - GERVÁSIO MAIA-PSB -PB  
74

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em globo da admissibilidade dos requerimentos de destaques simples, apresentados à Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a instituição de mecanismos de ajuste fiscal. Realização da

reforma tributária. Prorrogação do auxílio emergencial de 600 reais. Postura negacionista do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus.

---

**O SR. GERVÁSIO MAIA** (PSB - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, observe bem: é mais uma tentativa de se evitar o debate. O PSL pede que a votação ocorra em globo. Isso é coisa de fujão! Como eles não estão com a verdade - nós estamos com a verdade -, fazem um discurso todo cheio de arroteios para tentar confundir o povo brasileiro, os servidores públicos, a respeito da compreensão da retirada de direitos da Constituição e ficam, aqui, o tempo todo, apresentando procedimentos para que a sessão acabe logo. Se a sessão não acabar logo, a enrolação deles termina e eles não vão conseguir evitar a exposição daquilo que é a mais pura verdade: auxílio emergencial não tem nada a ver com ajuste fiscal.

Vamos debater e votar a reforma tributária! Vamos transformar o Brasil num país justo, num país igual! Podemos discutir o auxílio emergencial - queremos auxílio emergencial de 600 reais -, mas sem essas artimanhas, sem esses arroteios do Presidente Bolsonaro, que é negacionista, dá mau exemplo, anda sem máscara, não confia, não acredita na ciência, não quer o povo vacinado. E o pior: ainda anda por aí dando uma de médico querendo receitar cloroquina para o povo brasileiro.

Vamos debater, gente! Vamos, aqui, aprofundar o debate! Vamos discutir esse tema!

Auxílio emergencial, Presidente!

---

Documento 19/23

---

21.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/03/2021 - CD	14:00
Publ.: DCD - 12/03/2021 - 76	LUIS MIRANDA-DEM -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Contestação aos discursos dos Deputados Gervásio Maia e Elias Vaz a respeito da realização da reforma tributária.

---

**O SR. LUIS MIRANDA** (DEM - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente Marcelo Ramos, que muito nos



honra nesta tarde, nesta reta final da aprovação desta PEC.

Eu ouvi aqui o Deputado Gervásio Maia fazer uma narrativa contrária à PEC, alegar que a reforma tributária deveria ser prioritária, bem como ouvi o Deputado Elias Vaz. Todos usam expressões do tipo: *"Se fizéssemos a reforma tributária e atingíssemos os mais abastados de dinheiro"*; *"se nós alterássemos a reforma tributária, de forma a ser mais justa"*; *"se nós reequalizássemos a reforma tributária"*. A ambos os Deputados, que falaram em um tom que posso dizer até perigoso de acreditar - estão falando a sério? -, quero fazer um desafio, que não é só aos partidos desses Deputados, mas também a toda a Esquerda, que usa sempre a reforma tributária como defesa contra aquilo que estamos trabalhando no plenário. Nós vamos fazer a reforma tributária, nós vamos fazer o ajuste, nós vamos tirar do consumo os excessos do setor produtivo e vamos redistribuí-los. V.Exas. vão votar conosco a reforma tributária ou vão usar de populismo para pregar insanidades tributárias que são impossíveis de serem aprovadas? Esse é o meu desafio para o Deputado Gervásio Maia, para o Deputado Elias Vaz e para todos os demais que falam tanto em reforma tributária sobre lucros e dividendos.

Vamos aprovar propostas sobre lucros e dividendos e vamos recompensar com a redução de Imposto de Renda Pessoa Jurídica das empresas! Vamos diminuir na mesma proporção, para que não haja a bitributação para o empresário! Ele vai pagar Imposto de Renda Pessoa Jurídica menor e, conseqüentemente, vai poder pagar por lucros e dividendos. Vamos fazer do jeito que a Esquerda quer!

Eles vão votar a reforma tributária? Nós vamos aprovar com esse painel, com a orientação de todos juntos? Eu tenho certeza de que, se ninguém estiver aqui pregando para fora, a reforma tributária vai ser a matéria mais fácil de se aprovar neste plenário.

Então, eu desafio a Esquerda a votar comigo a reforma tributária, para que haja uma reforma tributária justa, com a qual quem for ao supermercado pagará mais barato e quem realmente tem condição de pagar mais vai pagar mais, através dos seus impostos.

Obrigado, Presidente.

---

Documento 20/23

---

14.2021.B                      Sessão Outro Evento  
Publ.: DCD - 12/03/2021 - PAULÃO-PT -AL

11/03/2021-09:16

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS BREVES  
COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

## **Sumário**

Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Apoio ao restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais. Defesa de realização da reforma tributária. Desrespeito do Deputado Eduardo Bolsonaro para com o povo brasileiro.

---

**O SR. PAULÃO** (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Hoje continua sendo discutida a PEC 186, uma armação feita pelo Governo Bolsonaro, com o aval do Presidente da Câmara, que implanta uma truculência no sentido de se discutir um projeto que vê como inimigos os servidores públicos e que desmonta todas as políticas públicas.

A nossa prioridade ao votarmos a PEC 186 é a volta do valor de 600 reais de auxílio emergencial, para o qual, infelizmente, este Governo não colocou previsão na PEC, em nem um artigo, em nem um parágrafo, em nem um inciso, nem disse qual será o seu valor, nem a sua periodicidade. O comentário é de que será concedido por 4 meses, no valor de 250 reais. Uma vergonha!

Deveria priorizar a reforma tributária, porque, no Brasil, quem paga tributos e impostos são o pobre, a classe trabalhadora e a classe média. O rico e a elite não pagam.

Mas, Sr. Presidente, nós vamos continuar com o combate, fazendo defesa do Brasil, do Estado brasileiro e dos servidores públicos, além do auxílio emergencial de 600 reais para quem precisa.

Sr. Presidente, indignação! O Deputado Federal filho do Presidente da República, acuado, dá uma declaração de que a máscara deve ser colocada naquele lugar - eu não vou dizer onde porque é impublicável.

Essa postura desse Deputado filho do Bolsonaro é uma postura que não tem pudor, que desonra a Casa. E, como diz o Presidente Lula, é uma imbecilidade o que fazem o Presidente da República e sua família, principalmente os filhos que são Parlamentares. Eles deveriam ter a estatura ou ter uma postura do Lula, dos Governadores que fazem um pacto em defesa da vida.

Bolsonaro é um defensor da morte. Nega a ciência. Não respeita o povo brasileiro. E seu filho ainda desonra e ataca quase 300 mil pessoas que morreram.

Respeite o povo brasileiro, filho de Bolsonaro!

Bolsonaro, V.Exa. tinha que explicar "rachadinhas" da sua família; a casa de 6 milhões do seu filho, que não tem registro, não tem compra.

Isso é a vergonha...

*(Desligamento automático do microfone.)*

---

Documento 21/23

---

24.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 16/03/2021- CD	22:24
Publ.: DCD - 17/03/2021 - 213	ALEXIS FONTEYNE-NOVO -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Urgente necessidade de realização da reforma tributária.

---

**O SR. ALEXIS FONTEYNE** (Bloco/NOVO - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta fala é para os nossos Deputados, para a nossa Presidência, para o nosso Presidente Arthur Lira.

Precisamos retomar urgentemente a análise da reforma tributária. Temos o pior sistema tributário do mundo. E não somos nós que falamos isso, é o Banco Mundial. Não é mais uma opção, e sim uma necessidade extrema para podermos apoiar a indústria no Brasil. As distorções, a cumulatividade, a complexidade, a falta de transparência estão cobrando o seu preço. O brasileiro, infelizmente, é um alienado. Nenhum de nós aqui sabe quanto paga de impostos no sapato, na roupa, na bicicleta, no celular.

Não dá mais para conviver com uma insegurança jurídica entre a competência de se pagar ISS ou ICMS. E isso acontece em vários negócios no Brasil. Não dá mais para existir a substituição tributária que vive da presunção da margem de valor agregado do preço médio ao consumidor que é cobrado sobre os combustíveis. Nós não pagamos imposto pelo valor agregado, pagamos pela presunção. O imposto tem que ser pago no destino, e não na origem, e no destino onde mora o consumidor, onde é gerada a riqueza. Essa é outra distorção do atual sistema tributário.

Tudo isso, Presidente, é Custo Brasil, e Custo Brasil que se soma ao Custo Brasil do gás mais caro do mundo, que tira a competitividade das nossas empresas, que faz com que o consumidor pague caro por

produtos e serviços.

A reforma é urgente há mais de 30 anos. Portanto, não podemos mais adiá-la. Depois da PEC Emergencial, que era tão importante, temos que voltar à pauta da reforma tributária. Precisamos de um Imposto sobre Valor Agregado - IVA padrão OCDE. E nós temos belíssimas discussões, tanto aqui na Câmara como no Senado, inclusive numa Comissão Mista. Estamos na iminência de ter um belíssimo relatório feito pelo Deputado Aguinaldo Ribeiro, que tem, provavelmente, a solução para fazermos a transição, para sairmos do pior sistema tributário do mundo e irmos para um bom sistema tributário.

Muitas pessoas vão dizer: "*Vai aumentar a carga tributária, porque o valor do IVA vai ser alto*". Não vai aumentar a carga tributária. O que nós vamos ter é a vergonha de ver o quanto nós pagamos e não conseguimos enxergar hoje. Se a alíquota é de 25%, é isso que nós pagamos de forma alienada, sem saber o que nós pagamos.

A reforma tributária tem o potencial de gerar empregos, e não é essa conversa de reforma trabalhista, porque as empresas estão sufocadas, não sabem o que pagam, e pagam em duplicidade em processos na Justiça, os famosos contenciosos tributários, com os quais temos que acabar. O Brasil merece um sistema tributário melhor. E o Brasil agradece.

Presidente, peço a V.Exa. a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*. Solicito ainda que ele também chegue aos ouvidos dos nossos Presidentes, para que tomem uma atitude e façam com que a reforma tributária ande, porque nós precisamos muito dela.

Muito obrigado.

---

Documento 22/23

---

19.2021.B	Sessão Outro Evento	31/03/2021-10:08
Publ.: DCD - 01/04/2021 - JOSEILDO RAMOS-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelas crises sanitária e socioeconômica instaladas no País. Falta de vacinas contra a Covid-19. Colapso dos sistemas público e privado de saúde no Brasil. Caos do sistema funerário em decorrência da Covid-19. Descontrole da epidemia de coronavírus no País. Imobilismo do Ministério da Economia diante do quadro por que passa o Brasil, notadamente quanto à necessidade de realização da

reforma tributária. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

---

**O SR. JOSEILDO RAMOS** (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, minha manifestação de hoje é para demonstrar o caos que se instalou em nosso País.

O Presidente Bolsonaro está isolado, está mergulhado na crescente rejeição popular. Boa parte dos seus aliados, a exemplo dos banqueiros e dos empresários, já desembarcaram dessa nau sem rumo. A crise sanitária está sem controle. A vacinação, que deveria ser a prioridade deste Governo, está atrasada, por irresponsabilidade direta do Presidente Bolsonaro, que teve oferta de vacinas no ano passado, mas não a quis. E nós estamos vacinando como quem anda de carroça.

Nós estamos em pleno colapso no sistema público e no sistema privado de atendimento à saúde. Não há medicamentos, não há insumos, não há leitos nem profissionais intensivistas. É iminente a crise do sistema funerário, o que será mais grave ainda.

A pandemia, portanto, está descontrolada, e o Brasil lidera o patamar das mortes que estão ocorrendo em todo o mundo. A incompetência deste Governo colocou moldura neste quadro triste, que acomete nosso povo, principalmente os mais pobres. Nós estamos mergulhados na maior tragédia humanitária da nossa história. Mas não fica só aí. A crise socioeconômica no País é gravíssima. Olhem que coisas explosivas: a morte, a fome, o desemprego, a carestia!

A imobilidade do Ministério da Economia, que até então só tomou medidas de contenção de gastos, rebaixando a renda dos trabalhadores, escolhendo o funcionário público como principal adversário, fez com que ele se esquecesse de pautar uma profunda e necessária reforma tributária, em busca de um sistema justo, um sistema que abra portas para buscar as receitas onde elas estão. As receitas estão nas mãos da parcela mais rica da sociedade, daqueles que não pagam ou pouco pagam impostos, daqueles que não sentem a inflação dos alimentos.

O Governo Bolsonaro está perto do seu fim melancólico. Ele ligou o botão do desespero e tenta alinhar as Forças Armadas ao seu projeto político autoritário. Bolsonaro não contava com a reação do ex-Ministro Fernando Azevedo e Silva, apegado a suas responsabilidades constitucionais, alguém que evita o caminho golpista, tendo o imediato apoio do comando das três Forças Armadas.

Por isso, genocida nunca mais!



Fora, Bolsonaro!

---

Documento 23/23

---

29.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 31/03/2021- CD 10:56	
Publ.: DCD - 01/04/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão de Finanças e Tributação ao Projeto de Lei nº 639, de 2021, relativo à alteração da Lei nº 9.250, de 1995, com vista à prorrogação do prazo de apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física referente ao exercício de 2021, ano-calendário de 2020. Agravamento da crise sanitária reinante no País. Necessidade da realização de ampla reforma tributária.

---

**A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ.** Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL também é favorável à matéria.

Mas quero aproveitar o tema do Imposto de Renda para dizer que nesta maior tragédia sanitária que estamos vivendo, que as gerações vivas já experimentaram, que agudiza um Brasil desigual, a pobreza, um Brasil com desigualdade entre ricos e pobres, deveríamos estar aqui discutindo uma profunda reforma tributária, deveríamos estar aqui discutindo o enfrentamento contundente à desigualdade de renda no Brasil. Gente que ganha pouco paga, às vezes, a mesma alíquota de Imposto de Renda de quem ganha uma quantidade enorme de salário no final do mês e consegue colocar comida na mesa.

Infelizmente, não temos uma reforma tributária que incida sobre a desigualdade fiscal no Brasil, e isso poderia, inclusive, fazer com que pagássemos uma renda permanente, o que seria fundamental neste momento de crise aguda no Brasil.

---